

POPULISMO: UMA DISCUSSÃO NA HISTÓRIA PARAIBANA¹

Railane Martins de Araújo²

José Flôr de Medeiros Jr. (orientador)³

Introdução

O objetivo deste é analisar as práticas populistas do Governo Pedro Gondim e como estas foram elaboradas, principalmente pelos veículos de comunicação⁴, para caracterizar e atribuir identidade a este governo.

O período de 60 a 64 nos é pertinente, pois foi o momento histórico onde o Brasil enfrentava uma intensa perturbação político-social com a exacerbação do discurso populista do presidente João Goulart – resultante de seu esgotamento. A Paraíba atravessava um período de conflitos sociais, com o fortalecimento do movimento social das Ligas Campinense no Estado.

Para nós, é relevante problematizar a conceitualização do Governo Pedro Gondim como populista, visto que geralmente encontramos generalização sobre práticas populistas desenvolvidas pelos governos, onde não são percebidas especificidades, tão pouco atenta-se para as múltiplas formas de aplicação dessas práticas em momentos históricos distintos, durante o desenvolvimento do período onde a política populista é vigente no cenário nacional.

Para tal desenvolvimento é necessário evidenciar qual conceito de populismo perpassará as discussões, lembrando que a pesquisa está em desenvolvimento e as possíveis conclusões são parciais e não esgotam a discussão sobre o tema.

O populismo na política brasileira:

a subjetividade atuando na construção da imagem do Estado

A título de Brasil, o populismo surge a partir do movimento de 1930⁵, quando o Estado que se forma adquire um papel de articulador entre os interesses das oligarquias, o

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático “História Local Para Além das Fronteiras: Fontes de Pesquisa e Metodologia Aplicada”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

² Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba.

³ Professor especialista da UEPB.

⁴ Os meios de comunicação utilizados para a pesquisa são os jornais: Diário da Borborema, A União e Jornal da Paraíba, além de obras escritas por jornalistas ligados ao governo.

⁵ Acerca do marco inicial do populismo no Brasil, existem discordâncias entre os estudiosos do tema, alguns datam o populismo a partir de 30 com Vargas, outros identificam-no com o Estado novo, e outros ainda, preferem situá-lo no período de 45 à 64, classificando-o de “democracia populista”. Optamos pela perspectiva dos pesquisadores que detectam o populismo nas práticas do governo que se segue ao movimento de 30. (ver CAPELATO, 2005: 196).

desenvolvimento da indústria e o controle dos movimentos sociais que, possivelmente seriam impetrados pelo setor operário que se fortalecia naquele momento. O Estado passa assim, a atuar como um mediador entre estas diferentes forças sociais, para assegurar os interesses econômicos do país e dos setores dominantes. Octavio Ianni, caracteriza essa aliança que o Estado passa a estabelecer com os segmentos da burguesia, das oligarquias e do operariado, através dos sindicatos, como “pacto populista”. Ianni afirma que

“... no populismo o sistema de poder Estado-Partido-Sindicato apóia-se na aliança de classes, ... É importante fixar aqui a idéia de coalizão de classes, de forças políticas heterogêneas que caracteriza o pacto populista.”⁶

A perspectiva que norteia as discussões de Octavio Ianni sobre o populismo, bem como de outros autores, como Francisco Weffort, que apontam o Estado como mediador de interesses de classes e o populismo como fase transitória para o socialismo, é atualmente questionada por estudos que tendem a analisar as especificidades da política populista no Brasil e na América Latina, entendendo-a como resultante de um período “específico da conjuntura histórica mundial (o período entre guerras), em que novas formas de controle social foram engendradas com vistas à preservação da ordem ameaçada por conflitos sociais”⁷. De acordo com esses novos estudos sobre o populismo, se faz necessário analisar as práticas específicas de cada governo, atentando-se para os contextos históricos específicos, de forma a não recorrer a generalização, ou a conceitualizações puramente econômica e sociais para o estudo dessas práticas políticas. Sobre as novas tendências epistemológicas para o estudo do populismo. Capelato afirma que

“O tema da revolução, que norteou as interpretações sobre a sociedade brasileira até os anos 70, estimulou pesquisas sobre as estruturas econômicas e sociais. Mas a medida que os diferentes modelos de revolução foram demonstrando sua fragilidade, os esquemas teóricos predominantes entraram em crise. O questionamento dos paradigmas estruturalistas, de diferentes tendências, provocou desconfianças com relação às análises generalizadoras que privilegiam os atores coletivos e baseavam-se em explicações racionalistas / materialistas...”⁸

Em nossa ótica o populismo deve ser pensado em suas práticas, de acordo com as realidades específicas que as norteiam. Sendo, contudo, necessário atentar-se para o momento histórico em que se inaugura essa política no Brasil, um contexto onde era preciso cooptar as sensibilidades da sociedade, especialmente da massa operária. Esta situação vem a explicar a necessidade de o populismo se utilizar de símbolos para que essa sensibilidade seja conquistada e que o povo se sinta representado pelo Estado na figura do líder. Entendemos assim, que para um líder ser aclamado e legitimado pela sociedade, é

⁶ IANNI, 1991: 126

⁷ CAPELATO, 2005: 187

⁸ Id, ibid, p. 184.

necessário o controle de um universo de símbolos para construir uma imagem para o Estado próximo às expectativas desse público. Essa relação que o populismo estabeleceu entre o Estado e o líder, geralmente um líder carismático⁹, fortalece o papel desse poder, que está sendo personificado em um sujeito. E esse processo de personificação, de identificação, está submetido as subjetividades dos setores operários, não sendo tão somente uma imposição dos grupos dominantes. Sobre esse papel de legitimação social do líder carismático, Francisco Weffort, afirma que: “Grupo burguês algum é capaz por si próprio de *inventar* um político de massas (...)” **(grifo nosso)**.¹⁰

Sobre a identificação da classe operária com a política populista de Vargas, destaca-se o trabalho de Ângela C. Gomes citada em Capelato, no qual afirma-se a apropriação por parte do Governo, de uma identidade dos setores operários, apropriação esta que o torna “semelhante” ao povo, e que possibilita sua legitimação pelos operários reunidos nesse grupo. Capelato analisa que

“A tese de Ângela Castro Gomes sobre *A invenção do trabalhismo* explica a adesão dos trabalhadores a essa política varguista a partir da existência de uma ‘dupla lógica’ NO processo histórico, que conferiu poderes ampliados ao Estado e possibilidades de intervir na sociedade: se essa adesão, por um lado, pode ser explicada pela lógica material – os interesses nos benefícios trazidos pelo direito trabalhista -, por outro lado pode ser entendida segundo uma *lógica simbólica de formação e de mobilização de identidade...*” **(grifo nosso)**¹¹

Os veículos que são utilizados pelo Estado para constituir sua imagem, forjando uma identidade próxima e da população, exercem o poder de manipulação do imaginário social. Para que ocorra a legitimação desse governo, utiliza-se de imagens simbólicas, que buscam sufocar as contradições, anulando assim, as oposições a esse ideário em construções, onde são manipulados os meios de construções do saber, como por exemplo, a imprensa, em especial os jornais e o rádio, para que a imagem que se constrói do Estado através do líder, seja cristalizada e hegemônica. O líder passa a servir de referência no imaginário político da sociedade, ocupando o lugar do Estado por ele representado.

São propagados nesses meios de comunicação os atos do líder, seus projetos, seus pronunciamentos, de forma a mitificá-lo, a fazer crer pela sociedade atingida por esses veículos de propaganda, que o líder é uma figura sublime, capaz de resolver os anseios da população. Concordando com a classificação proposta por Ferreira “acredita-se que ele [o líder] faz tudo de forma desinteressada, ou seja, pensando somente no bem-estar da

⁹ Entendemos e utilizamos carisma segundo um conceito Weberiano que o aponta como uma capacidade de cooptação e de sedução desempenhada por um sujeito, conduzindo-o a uma posição mítica, ou quase divina em sociedade. Sendo esta, uma característica recorrente em líderes religiosos e em lideranças políticas. Weber conclui que: “**O sempre novo, o extraordinário, o inaudito e o arrebatamento emotivo que provocam, constituem aqui a fonte da devoção pessoal. Seus tipos mais puros são a dominação do profeta, do herói guerreiro e do grande demagogo. (...)**” (WEBER. IN: COHN, 1991: 135).

¹⁰ WEFFORT, 1980: 34

¹¹ CAPELATO, 2005: 185.

população.”¹² As oposições contudo, eram manifestas, através também da imprensa, buscando desconstruir a imagem que estava a ser identificado pelos meios de comunicação manipulados pelo governo. É um conflito político que atinge os meios de comunicação, buscando defender as múltiplas posições de grupos diferentes.

Destacam-se nesse papel, além da imprensa, os intelectuais e educadores, que ocupam lugares diferentes de propagação do saber, transformados em aparatos de construção de uma dominação, para o fortalecimento e a cristalização do poder do Estado.

Pierre Bourdieu discute o poder exercido pelos símbolos, apontando-os como mecanismos de legitimação e de afirmação de uma realidade, de uma verdade. Atuando na construção da realidade, de acordo com os interesses do detentor do poder, que manipula o imaginário social, e busca uma identificação entre os sujeitos do poder e o grupo para o qual se direciona. Essa identificação é construída pela enunciação, pelo discurso sobre algo, tornando-o verídico, aceito e legitimado pela sociedade. Bourdieu considera

“O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção (sic) sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, **só se exerce se for reconhecido, quer dizer ignorado como arbitrário. (...)**” (grifo nosso)¹³.

O populismo é assim dentro de um universo de construções simbólicas, que busca a legitimação de suas práticas e do governo que as utiliza, como meios de aproximação da sociedade. Sendo recorrentes nessas práticas de governo populista a manipulação das sensibilidades da massa, com objetivo de construir um elo de identificação entre o poder do estado, através do líder, e o povo. Onde o primeiro é apresentado de forma mítica, para que se cristalize seu papel de representante do povo, em especial dos operários, sendo seu protetor e provedor. É uma caracterização de poder, que perpassa o que Bourdieu chama de “sistemas simbólicos”¹⁴ assegurando a supremacia do estado através de seu líder.

A História Política Paraibana e o Movimento de 30

A prática política assumida na Paraibana após o movimento de 1930, é trabalhada na historiografia como resultado do alinhamento entre o estado e o projeto político que se consolidara com o movimento, passando assim, a se refletir no universo político local a

¹² FERREIRA, 1993: 162

¹³ BOURDIEU, 1989:14.

¹⁴ Segundo Bourdieu “Os sistemas simbólicos [e o mito é um destes] compreendem a sua função política de instrumento de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma sobre outra...” (BOURDIEU, 1989:11).

discussões e propostas nacionais, adquirindo ainda relevância nesse período os poderes envolvidos nesse processo (leia-se, no caso de Paraíba, as oligarquias).

A representação oficial que se construiu, a nível nacional, acerca do que ocorreu na política em 30, é um ideário de ruptura com o modelo político oligárquico anterior. Onde aparecem concepções desenvolvimentistas ligadas ao processo de industrialização para o país. A Paraíba se apropria desse ideário, passando a construir para as lideranças que assumem o poder do Estado esse compromisso “revolucionário”. José Octávio de Arruda Mello ao discutir a participação da Paraíba na “Revolução de 30” aponta o marco que esta significou na ruptura com o modelo oligárquico e coronelístico que respaldam as práticas do governo até então. Mello afirma que

“... Este [o estado nacional] se nutria das vertentes de intervencionismo econômico, nacionalismo e corporativismo. Por meio delas, **os revolucionários mais conscientes buscavam ultrapassar o coronelismo**, excessiva supremacia dos estados como Minas Gerais e São Paulo e desencanto entre estados-membros e União, como se verificava na Paraíba pré-revolucionário”. (grifo nosso)¹⁵.

Com relação a esse modelo de ruptura oligárquica, a qual refere-se José Octávio, nos é necessário perceber as divergências acerca destas conceitualizações sobre o movimento de 30. Para Faoro, por exemplo, o movimento [e não a Revolução de 30] representou não a queda do poder das oligarquias, mas sim, um redimensionamento deste, em face das necessidades políticas, econômicas e sociais, que emergiam naquele momento no cenário político brasileiro. Compreende-se assim, que o estado formado em 30 se articula, com o já mencionamos anteriormente, entre forças sociais diferentes, buscando um ponto de coalizão para que seja fortalecido o Estado naquele momento, e dessa forma, sendo possível para os problemas do café e da industrialização, além das questões sociais. Faoro afirma ainda que

“(...) Na plataforma da Esplanada do Castelo (2 de janeiro de 1930), Getúlio Vargas situa na defesa do café, o maior e mais urgente dos problemas atuais no Brasil, (...). a crise determinava, portanto, o comando sobre os fundamentos da economia: o café e o câmbio... Por meio dessa brechas, o governo se fazia presente, protegendo e amparando, preocupado em explorar as potencialidades internas – timidamente, mas em rumo crescente, para a industrialização (...)”¹⁶.

Com relação firmada entre a Paraíba e o governo Federal, sucedem-se personagens no cenário político que fizeram parte de todo o processo “revolucionário”. Lideranças oligárquicas que introjetaram esse discurso de desenvolvimento, buscando reproduzir na Paraíba as propostas apresentada no âmbito nacional. Eliete Gurjão analisa os personagens políticos desse período e afirma que

¹⁵ MELLO, 1995: 193-94

¹⁶ FAORO, 1995: 714.

“Vitorioso o movimento de 1930, a Paraíba passa a ter prestígio no cenário nacional. Afinal, foram os últimos acontecimentos políticos da Paraíba [especialmente o assassinato de João Pessoa] que deram impulso à luta pela formação do poder. Por conseguinte, as lideranças locais participantes desse movimento permaneceram no controle da política local e, logicamente, com seu poder reforçado”.¹⁷

Percebemos assim que figuras como José Américo de Almeida, no mercado interventor da Paraíba – porque Vargas substituiu os presidentes dos estados por interventores – é um político ligado historicamente às oligarquias e que nesse período de “Nova República” apresenta-se como um diferencial.

A imprensa paraibana nesse processo, adquire um papel de notoriedade. O jornal estatal “A União” engrandece o modelo de política que o estado centralizador estava a implantar. É o papel político e ideológico da imprensa, como discutir anteriormente, atuando na Paraíba transmitindo para a sociedade a identidade que o poder estatal naquele momento pretendia fortalecer e cristalizar. Era necessário legitimar a centralização proposta por Vargas, apresentá-la como benéfica para o estado. Mello ao analisar o ideário de “A União” sobre a revolução de 30 e principalmente sobre o centralismo do estado, ressalta o papel ideológico dessa imprensa ao afirmar que: “Mussolini e Hitler eram louvados pelo jornal oficial **A União...** A hora das chamadas regimes fortes encontrou no governo paraibano seguidores entusiastas (...)”¹⁸

O período que se segue de 30 a 64 na Paraíba, aponta a passagem de políticos, que em maior ou menor proporção, utilizavam-se de uma perspectiva política nacional para se manterem no poder do Estado. Podemos destacar entre as lideranças, Antenor Navarro e Graciliano Ramos, interventores que seguiram-se a José Américo, que pretenderam, pelo menos no plano do discurso, anular o poder coronéis na política do Estado.

Com relação às características destacadas como populistas para esses governos, José Octávio referencia Rui Carneiro, o qual, dedicando-se a uma prática de governo assistencialista, é, portanto, tratado como populista. O populismo é, nessa perspectiva, política de assistência das massas. Mello analisa que

“... O novo interventor [Rui Carneiro] não se empenhava em dinamizar o processo estatizante da revolução de 30. De inspirações populistas, cercou-se de **nebulosos forasteiros para realização de caráter assistencialista**, representadas por maternidades, abrigos de menores, orfanatos, asilos, etc.(...)” (grifo nosso).¹⁹

A discussão de populismo que nos parece pertinente, não é a de apontá-lo como de assistência à massa, mas sim, tomar o assistencialismo como uma das muitas práticas da

¹⁷ GURJÃO, 2004: 967.

¹⁸ MELLO, 1995: 198.

¹⁹ Id, ibid, p. 199.

política populista. O populista assim, utiliza-se das práticas para ser reconhecido e legitimado, para ser identificado. A Imprensa e a Historiografia atuam como agentes para a construção de identidades políticas e sociais. Para conceituar e caracterizar lideranças, forjando um imaginário social sobre estas.

No ano de 1951, José Américo retorna ao governo do estado da Paraíba. Em 56 atrelado a sua sucessão aparece no cenário político a figura de Pedro Moreno Gondim, na condição de vice de Flávio Ribeiro Coutinho. Sobre a figura Gondim pesa a representação de liderança com objetivos desenvolvimentista para o estado, rompendo com o tradicionalismo das oligarquias e de seus representantes que passaram pelo poder. Paradoxalmente, a chapa de Flávio Ribeiro e Pedro Gondim era apoiada por José Américo, que considerava-se um continuador da obra de João Pessoa, recaindo assim, essa pseudo ruptura no plano da apresentação eleitoral e não na constituição político efetiva. Sobre a relação de Américo com João Pessoa, que resultou em sua nomeação para a interventoria do estado, Eliete Gurjão afirma que

“Logo após a vitória do movimento armado, José Américo de Almeida (conhecido escritor, principal auxiliar da administração de João Pessoa e articulador do movimento de 1930 na Paraíba) foi nomeado interventor da Paraíba. Elevado, assim, ao principal cargo político do estado, como uma homenagem a memória de João Pessoa, ***José Américo passou então, á condição de herdeiro político do ex-presidente e principal líder político da Paraíba ...***” (grifo nosso).²⁰

Os partidos políticos de maior destaque nesse período na Paraíba são a UDN e o PSD. O primeiro representante a elite de produtores e exportadores de Algodão e o segundo representante a base política dos comerciantes e industriais do Estado²¹. Essas duas forças se unem na campanha de 56 na Paraíba, para assegurar um fortalecimento do Estado e o desenvolvimento de uma postura progressista para a política, necessária para o Estado. Martha Lúcia de Araújo, analisa o cenário político da Paraíba nesse contexto e afirma que a junção da UDN com PSD representava uma centralização política e um elitismo no governo daquele momento. Araújo considera que

“Desta forma, as classes dominantes asseguram, arditosamente, o controle político do processo, alijando através de um falso consenso, a participação popular na escolha de seus representantes”.²²

José Octávio ao analisar o papel que Pedro Gondim adquire no cenário político após o afastamento de Flávio Ribeiro em 58, ressalta que a Paraíba passaria a ter um

²⁰ GURJÃO, 2004:96

²¹ Sobre a conformação político dos partidos na Paraíba ver: ARAÚJO, 2004: 102.

²² ARAÚJO, 2000:87

desenvolvimento garantido pelas políticas estatais, que o dinamismo do líder representava. Mello afirma ser Gondim

“Senhor de orientação desenvolvimentista, a Pedro Gondim caberia entre 58 e 66, criar novos serviços como Conselho Estadual de desenvolvimento (CED), Fundo Agro-Industrial (FAGRIN), Departamento de Assistência Técnica aos Municípios (DATM), Plano Prioritário de Obras Rodoviárias (PPOR), Conselho Estadual de Águas e Energia (CEAEE) e principalmente, dois distritos, sendo um em João Pessoa e outro em Campina Grande.(...)”²³.

Em 1960 Pedro Gondim lança sua candidatura, ratificando um discurso progressista e desenvolvimentista, lutando contra o que considera conservadorismo das tradicionais oligarquias, que como discutimos, foram suas iniciadoras políticas. O slogan de sua campanha era: **“Está com medo, ou está com Pedro”**. É um slogan de efeito, que busca despertar na sociedade uma postura de mobilização para a transformação. É com essa postura e rotulado de “novo” modelo de política que Gondim chega ao governo do Estado em 60 e permanece até o fim de 66, apesar do Golpe Militar em março de 64. Mello analisa a campanha de 60 e afirma que

“As eleições para governador do estado em 1960 na Paraíba, introduziram elemento diferenciador, representado pela presença do candidato a governador sem qualquer vínculo com a Revolução de 30, em torno da qual até então gravitava o processo político paraibano. (...)”.²⁴

É uma análise de desenvolvimento e ruptura que perpassará o governo de Gondim e será construído pela imprensa e consolidada pela historiografia, buscando um modelo diferenciador para esse governo e um redimensionamento da história política do estado.

Um breve panorama do cenário político do Brasil e da Paraíba no período Gondim

O Brasil nesse período atravessava os conflitos sociais e políticos em parte resultante das oposições ao então presidente João Goulart, do qual afirmava-se uma postura política inclinada para o socialismo, perigosa para a sociedade brasileira, principalmente para a classe média e para a elite, bem como para os interesses internacionais, visto que havia a Guerra Fria²⁵ nesse momento, dividindo os interesses capitalistas e socialistas no mundo. Em seus discursos Jango recorria a uma defesa das “reformas de base”, era o limite de sua prática populista, já esgotada naquele momento, e que necessitava de uma radicalização

²³ Mello, 1995:201

²⁴ Mello, 1995:230

²⁵ A guerra fria foi o período que sucedeu a II guerra mundial, no qual foram politicamente e ideologicamente os países socialistas liderados pela URSS e os capitalistas com os EUA à frente.

para continuar articulando a massa. As “Reformas de base” eram encaradas pela sociedade tradicional como uma ameaça a estrutura vigente no país, temia-se uma revolução no Brasil, para a qual o discurso populista de João Goulart dava sinais de uma possível concretização, aos olhos das oposições que o governo possuía.

Essa ameaça se torna mais evidente de 63 para 64 quando Jango de fato assume o poder, devido ao retorno do sistema presidencialista suspenso no Brasil desde a renúncia de Jânio Quadros. Skidmore analisa a posição de Jango defendendo reformas de base, que apontando que a sociedade tradicional temiam que estas transformassem-se em uma revolução. Skidmore expõe em sua análise que

“Em fins de 1963 Jango convencera muitos dos elementos mais tradicionais - grandes proprietários de terras, militares conservadores, e negociantes - de que a “ordem constituída” era ameaçada por uma transformação radical, não meramente uma reforma. Concentravam, assim, seus ataques contra os *nouveaux*, que eles temiam viessem a ser os beneficiários exclusivos da nova ordem: líderes trabalhistas radicais (CGT) e organizadores dos camponeses (padres progressistas, Arraes, estudantes radicais)”²⁶.

A Paraíba nesse mesmo período vivência um intenso processo de convulsões sociais, engendradas pela luta dos camponeses que se fortalecia sobremodo no Estado e que estava a representar, juntamente com a “Reforma de base” do presidente Jango, ou por causa delas, uma ameaça à ordem social da Paraíba. Pedro Gondim governava o Estado em meio ao desenrolar do Movimento das Ligas Camponesas e sua prática política perpassava o convívio com este grupo.

As ligas surgem de uma Associação²⁷ de camponeses com finalidades filantrópicas –assistir os funerais de seus integrantes. Entretanto, tem sua conformação envolvida por sindicatos, partidos e Igreja, transformando-se em um movimento político, com finalidades de benefício do trabalhador rural, inibindo a exploração destes, pelos latifundiários, e garantido o direito de propriedade aos posseiros.

O movimento surge em Pernambuco, mas é na Paraíba, em especial na cidade de Sapé que adquire grande relevância no cenário político social. Sobre a proporção das ligas na Paraíba José Octávio de A. Mello considera que

“Sapé viveu, entre fins de 1961 e março de 1964, dias de intensa excitação. Sob a liderança do jovem agrônomo socialista Assis Lemos, muito ligado ao presidente João Goulart, os camponeses realizavam seguidas manifestações... A liga camponesa de Sapé tornou-se a mais importante do Nordeste, o que atraiu a atenção de jornalistas até do estrangeiro.(...)”²⁸.

²⁶ SKIDMORE, 1988:360.

²⁷ As Associações, chamadas de SAPPP (Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco). Formaram-se do desejo dos camponeses em suprirem suas necessidades básicas. Surgiram primeiramente no engenho Galiléia e Pernambuco, em meados dos anos 50. Transformaram-se em contato com os sindicatos e com os partidos no movimento das Ligas Camponesas. (Sobre as Associações ver: AZEVEDO, 1982, p. 59-63).

²⁸ MELLO, 1995: 213.

O movimento foi duramente reprimido pelos poderes locais e é violentamente perseguido a partir de 1964 pelo militares.

O Papel da Imprensa na Construção da Imagem de Pedro Gondim

A historiografia brasileira, e por conseguinte, a paraibana, é marcada por uma forte influência de pesquisadores, que não são considerados historiadores de ofício. São muitas vezes figuras ligadas ao Estado, advogados, médicos, jornalistas, dentre outras profissionais, sujeitos que escrevem a história, que relatam fatos, partindo de influências pessoais, de acordo com o seu “lugar social”²⁹. Buscam através da escrita que produzem, do relato que fazem, da história que constroem forjar uma versão sobre o fato, criando personagens heróicos para o passado e cultivando uma memória elogiosa e honrosa para alguns destes.

Em outra vertente não só da historiografia, mas também da imprensa, existe a influência do materialismo histórico, que perpassa, sobretudo na década de 60 e nas seguintes, a escrita da história. O projeto político pensado pelo marxismo, atinge as “esquerdas” e é transposto para os órgãos de comunicação, tal como o positivismo³⁰.

José Octávio analisando o papel da API – Associação Paraibana de Imprensa – no período estudado, de 60 a 64, enfatiza a influência das esquerdas paraibanas neste órgão, trazendo para o cenário da comunicação as discussões sobre o parlamentarismo ao qual, João Goulart estava sendo submetido, transformando-se em um veículo de reivindicação e discussões de intelectuais sobre a democracia, e contra as oligarquias. Mello afirma que

“No centro dessa fermentação avultava a Associação Paraibana de Imprensa (API) onde a extrema esquerda se impusera à direita, isolando os moderados de centro-esquerdo. Afinada de 1961 a 62 com a direção dos órgãos oficiais A União e Radio Tabajara, a API passou a sediar reuniões da frente de mobilização popular, brizolista e instituições análogas como comando dos trabalhadores intelectuais. (CTI). (...)”³¹

No entanto, vamos discutir essas influências que recaem sobre a Imprensa na Paraíba, sem privilegiar o papel das esquerdas neste momento. Utilizaremos o papel da imprensa neste trabalho, como mecanismo de legitimação da imagem do Governo Pedro Gondim. Onde se pretendeu forjar um mito em torno de sua imagem, utilizando-se para isso práticas populista,

²⁹ O lugar social trabalhado por Certeau relaciona-se com as influências políticas, culturais, sociais, epistemológicas e econômicas que recaem sobre o pesquisador no momento em que ele fabrica sua escritura, desconstruindo assim, a idéia de neutralidade na produção historiográfica. (ver CERTEAU, 2000:66).

³⁰ O positivismo configura-se como uma corrente teórica predominante no século XIX e início do século XX, também chamada de escola metódica, apesar de existirem, segundo alguns teóricos, diferenças entre essas classificações, considerando o termo positivismo como pejorativo para classificar os metódicos. Respalda-se em preceitos científicos para o estudo dos fatos e dos personagens que fizeram a história, transformando-se assim, em uma história narrativa e política envolta em elitismos. (Sobre o positivismo ver: REIS, 1996.)

³¹ Mello, 1995: 211

para caracterizar o governo e lhe atribuir legitimidade no imaginário sócio-político da Paraíba do período e posterior.

A Imprensa adquire no mundo e no Brasil³² a partir dos regimes totalitários uma singular representatividade. São meios utilizados pelo poder para pulverizar sua imagem na sociedade, construindo uma mitificação para o líder do governo, buscando aproximá-lo das necessidades e dos sentimentos da população, construindo a legitimação, a identificação, e até o mais extremo, que é a veneração desse líder.

A representação construída sobre o governador Pedro Gondim por veículos de imprensa, através de jornalistas implicados com o governo, recaem sobre a idéia de desenvolvimentista, de grande político comprometido com causas sociais, características já desenvolvidas durante a vice governadoria do Estado e o período em que substitui Flávio Ribeiro.

O jornalista Hélio Zenaide, dirigiu o jornal estatal “A União” e desempenhou militância do gondinismo³³. Apresenta o governador como uma “liderança popular”, ressaltando a sua simplicidade e a sua dinâmica administrativa. Vale ressaltar que a apresentação de uma postura popular para um candidato é uma prática do populismo, para aproximar essa figura do povo, para diluir as barreiras e apresentá-lo como fazendo parte da massa, como um legítimo representante desta. Zenaide enaltece Gondim e afirma que

“Desenvolvendo, porém, dinâmica, administração, e levando benefícios a todos os recantos do Estado, o governador Pedro Moreno Gondim começou a ser visto como um candidato natural à sucessão do governador Flávio Coutinho. Pela capacidade realizadora que vinha demonstrando e pela crescente popularidade que o seu nome vinha despertando, ninguém, dentro do PSD, desfrutava de melhores condições para assegurar ao partido a vitória em 1960”.³⁴

Zenaide é atrelado ao governo e ligado à direção de um importante veículo de propagação da imagem do Estado, que é o jornal “A União”. Sua apresentação de Gondim é permeada pelo que consideramos construção do mito, enaltecimento de uma personalidade como herói, aos moldes bem tradicionais. Ademais, Zenaide é membro do IHGP, que era responsável pelo desenvolvimento da História Oficial, onde são enaltecidos os grandes personagens que fazem a história. Sobre o IHGP, Margarida M. S. Dias enfatiza que: “...Escrever a história, catalogar fontes, **juntar todo o material possível que servisse para glorificar o passado** – era esse o sentido exato das iniciativas. (...) (grifo nosso)³⁵.”

³² No Estado Novo o DIP(Departamento de Imprensa e propaganda foi criado para manipular os meios de comunicação , colocando-os a serviço do estado, silenciando as oposições e naturalizando a imagem construída para o estado, através do seu líder, no caso, Getúlio Vargas. Sobre o papel do DIP no estado novo ver: CAPELATO, 2005: 204-205.

³³ O gondinismo é uma expansão encontrada na análise de Monique Cittadio sobre o populismo na Paraíba conceituar a vertente populista paraibana em Pedro Gondim (ver CITTADINO, 1999).

³⁴ ZENAIDE, 1993: 137

³⁵ DIAS, 1996:39

Segundo Zenaide com relação ao momento político da Paraíba, vivido com o movimento das Ligas Camponesas, a imagem do governador é projetada como um político populista, que os moldes do que o Presidente Jango pretendia, as Reformas de Base, estava igualmente comprometido com a Reforma no campo. Buscava-se com essa apresentação do governador aproximá-lo dos camponeses e de sua causa, e ao mesmo tempo garantir apoio para o governo. Zenaide ainda afirma, sobre a veia populista do governador, que

“Nessa linha de orientação populista havia um espaço vazio na Paraíba. Tínhamos líderes populistas de dimensão nacional, um Juscelino, um Jânio, um Jango, um Ademar. Mas não havia um líder populista nativo, local, estadual. E era esse espaço que se abria a Pedro Moreno Gondim, identificado como estava com as idéias de mudança e de reforma, inclusive a reforma agrária, bandeira maior de luta das ligas camponesas”.³⁶

O “historiador de ofício” José Octávio, escreveu para o Jornal “A União” uma edição especial, onde analisa as “Práticas de Governo em Pedro Gondim” e reforça a sua perspectiva de apresentá-lo como um desenvolvimentista. Octavio analisa o governo e afirma que: “Representante da chamada safra desenvolvimentista de governos nordestinos (...) transformou o desenvolvimento econômico na prática econômica e cultural de sua administração”³⁷

Percebemos nessa escrita de José Octávio a busca da preservação da memória do Governador como político desenvolvimentista. É a história que se pretende cristalizar sobre o governo Gondim.

O Diário da Borborema em 1961 lança um caderno especial onde analisa o primeiro ano de governo de Pedro Gondim e está presente nesta análise a perspectiva cultivada por Octávio em 1995, a de que o governador dedicava-se ao desenvolvimento econômico do Estado. Vejamos:

“Governador Pedro Moreno Gondim, comandante supremo da grande batalha que se está travando na Paraíba para recuperá-la, financeiramente, dando ao seu povo um nível de vida compatível com a dignidade humana e com a capacidade de trabalho dos coestaduanos. Os primeiros resultados da incomparável peleja já surgiram neste primeiro ano de administração”.³⁸

Essas construções sobre a imagem de Gondim perpassaram os primeiros anos de seu governo, apresentam-no como desenvolvimentista, no plano econômico, e no plano social, como liderança popular comprometida com as causas do povo, em especial dos camponeses que se rebelavam naquele período, em face das explorações que sofriam no campo. Gondim é apresentado nesse sentido como um árbitro que nesses primeiros anos

³⁶ ZENAIDE, 1993:151.

³⁷ A União, 16/08/2005, p. 23.

³⁸ Diário da Borborema, 31/01/1962, p. 1.

governou buscando conciliar as forças sociais e os interesses das elites locais. Monique Cittadino analisa o “populismo gondinista” um paralelo ao golpe militar de 64 e afirma que

“Gondim manteve essa prática populista ao longo dos três primeiros anos de sua administração, procurando equilibrar-se entre um jogo de pressões antagônicas, servindo de amortecedor e anteparo para o choque direto proveniente da luta de classes. Aproveitando-se dessa postura populista, grupos de esquerda fortaleceram-se e forçaram a abertura de novos espaços de atuação política... Simultaneamente, os grupos oligárquicos reagiram frente ao avanço popular, reforçavam as suas posições reacionárias e conservadoras, elevando os níveis da tensão social no estado e radicalizando a luta de classes”.³⁹

É uma perspectiva que apresenta o Estado populista como articulador de forças antagônicas, essa conceitualização pesa sobre a caracterização que Monique Cittadino desenvolve para o populismo de Pedro Gondim, apontando como sua inclinação para as causas populares, ameaçaram o poder das elites locais. No entanto, Gondim cedendo as pressões, recua sua participação nos movimentos populares, articulando-se com o conservadorismo de direita, o qual garantiu sua permanência no governo até o fim de seu mandato em dezembro de 65, apesar da ascensão dos militares ao poder em 64 que desarticulou o modelo estabelecido pelas práticas populistas.

De acordo com a análise do também jornalista Severino Ramos, Gondim modificou sua postura política para terminar seu mandato, apesar de ir contra suas convicções que o aproximava da causa popular. Ramos considera que

“A verdade, é que, no equacionamento do problema agrário na Paraíba, O Sr. Pedro Gondim ficou entre a cruz e a espada. Manietado pelo sistema de forças que o conduziu ao poder, foi vítima de suas vacilações e incongruências: forçado a contrapor-se às suas próprias convicções, esbarra na afoitice e prepotência dos poderosos. (...)”⁴⁰

Estas discussões nos remetem ao papel desempenhado pela imprensa no sentido de estar construindo uma identidade para o governo que remete a sua proximidade com as causas populares, utilizando-se práticas populistas que o apontaram como “político popular” e ainda, sua identificação como político desenvolvimentista, que é ratificada pela historiografia que se propõe a analisar o período. Nos levando a considerar nesse primeiro momento da pesquisa que o governo Pedro Gondim dispunha dos meios de comunicação para legitimar essa imagem e apresentá-la de forma próxima à população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Marta Lúcia Ribeiro. A ciranda da política campinense: 1945/1964. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz (org). **Imagens multifacetadas de Campina Grande**. Prefeitura Municipal de Campina Grande/Secretaria da Educação, 2000.

ARAUJO, Martha Lúcia Ribeiro. O retorno da democracia. IN: GURJÃO, Eliete de Queiroz. LIMA, Damião (orgs). **Estudando a história da Paraíba**: uma coletânea de textos didáticos. 3ª edição. Campina Grande: EDUEP, 2004.

³⁹ CITTADINO, 1999: 111-12.

⁴⁰ RAMOS, 1989: 112.

- AZEVEDO, Fernando Antonio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Difel/ Editora Bertrand Brasil, 1989.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: Novas histórias. IN: FREITAS, Marcos Cezar (org) **Historiografia em perspectiva**. 6ª edição. São Paulo: Contexto, 2005.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Mª de Lourdes Menezes, revisão técnica de Arno Vogel. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- CITTADINO, Monique. A política paraibana e o estado autoritário (1964/1986). IN: SILVEIRA, Rosa Mª Godoy (org). **Estrutura de poder na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1999.
- COHN, Gabriel **Weber**. 5ª edição. São Paulo: Atica, 1991.
- DIAS, Margarida Mª Santos. **Intrépida Aborígine**: O intuito histórico e geográfico paraibano e a produção da história local. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda, 1996.
- FERREIRA, Roberto Martins. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Moderna, 1993.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. A Parahyba renovada. IN: GURJÃO, Eliete de Queiroz, LIMA, Damião (orgs) **Estudando a história da Paraíba**: uma coletânea de textos didáticos. 3ª edição. Campina Grande: EDUEP, 2004.
- IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**: lutas e resistências. 3ª edição. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1995.
- RAMOS, Severino. **Crises que abalaram a Paraíba**: Marcado para morrer e mistério da praia formosa. Vol I. João Pessoa: Grafset, 1989.
- REIS, José Carlos. **A história**, entre a filosofia e a ciência. São Paulo: Ática, 1996.
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio Vargas à Castelo Branco (1930-1964). 9ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- WEFFORT, Francisco Correia. **O populismo na política brasileira**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- ZENAIDE, Hélio Pedro Gondim. Ascensão e declínio de uma liderança popular. IN: SILVA, Pontes; MELLO, José Octávio de A.; SANTOS, Walter (orgs). **Poder e política na Paraíba**: uma análise das lideranças (1960-1990). João Pessoa: API/A União, 1993.

Jornais

- MELLO, José Octávio de Arruda. Práticas de Governo em Pedro Gondim. **Jornal A União**. João Pessoa, 16 de agosto de 2005. Cultura, p. 23.
- PRIMEIRO ano do governo Pedro Gondim. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 31 janeiro 1962, p.1, c.3.